

OLHARES SOBRE IDENTIDADE E FESTAS EM SERGIPE

Maria Augusta Mundim Vargas¹
Paulo Sergio da Costa Neves²

Resumo

As identidades são construídas no interior das diferenças, decorrentes de múltiplos movimentos em práticas, ritos, expressões. Dentre as materializações das identidades focamos as festas como manifestações que rompem com o cotidiano simbolizando-o afetivamente, como referência identitária de indivíduos e comunidades. As festas em Sergipe são expressivamente numerosas. Menor estado do Brasil, com apenas 75 municípios, levantou-se, numa rápida estimativa, mais de 3300 festas sendo aproximadamente, 300 de massa e o restante tradicional, principalmente de padroeiros, do ciclo junino e natalino. Com tamanha diferença indagamos sobre a valorização das festas pelas políticas públicas, entendidas como externalidades que podem ser indutoras/reforçadoras de identidades. Foi observado que as manifestações tradicionais enraizadas, embora mais numerosas e irradiadoras de ressignificações recebem poucos incentivos e apoios e, conseqüentemente, são menos valorizadas e pouco visíveis. As festas de massa, ao contrário, são realizadas com amplo arranjo socioeconômico e apoios de governos, esgarçando, muitas das vezes, as representações de origem. É a dinâmica plural da cultura em permanente diálogo com as externalidades, nem sempre consensual entre as teias de poder que consolidam as identidades dos grupos promotores. Nesse movimento pulsa a identidade sergipana, a sergipanidade!

Palavras-chave: identidade; festas; políticas públicas

¹ Universidade Federal de Sergipe. E-mail: amundim@ufs.br

² Universidade Federal de Sergipe. E-mail: pneves@ufs.br

Introdução

As identidades são construídas no jogo das diferenças, decorrentes de múltiplas práticas, ritos, expressões, manifestações, etc, das diversas culturas existentes nas sociedades contemporâneas. Enquanto processo de identificação que se materializa e enraíza, se desfaz e refaz, se modifica e ressignifica, consideramos as festas sergipanas como objeto empírico desse estudo, posto que são múltiplas e multireferenciadas, seja no plano simbólico-cultural, material ou territorial.

A base de coleta dos dados ocorreu no decorrer do ano de 2009 quando fomos solicitados pela Secretaria de Estado de Planejamento para a realização de um “Inventario Cultural dos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe”. Ora, para agir, os governos necessitam de limites, de conjuntos e, evidentemente de uma expressão unificadora ou, no mínimo, dominante. Em Sergipe, os Territórios de Planejamento foram definidos por conjuntos aproximativos de suas sócioeconomias e tiveram suas nomeações pela localização geográfica – Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Leste, Agreste, Sul, Centro Sul e Grande Aracaju.

Esse “desenho geodésico” serve de base para o planejamento governamental, o qual é entendido como um gatilho para incitar o afloramento de identidades territoriais, vistas como um fator indutivo de ações ou, na melhor das hipóteses, como instrumento valorativo e fortalecedor das identidades existentes e, portanto, da auto-estima das populações locais.

Os territórios, vistos como espaços identitários, são constituídos pela valorização simbólica de inúmeras manifestações e por incontáveis grupos sociais que, ao se expressarem, exercitando e praticando suas manifestações culturais, conformam territorialidades e tornam os territórios múltiplos e flexíveis, independentemente da forma em que se expressam.

É o caso, por exemplo, das diversas festas, cíclicas ou acíclicas, que se materializam a partir de relações sócio-culturais diversas que exprimem tanto o desejo de valorização de determinadas heranças culturais e de sentimentos de pertença, como também, conflitos, disputas, rivalidades, etc.. Nesse sentido, pode-se citar desde as comemorações religiosas e pagãs de padroeiras e padroeiros, aos palcos de forró ocorrentes, ambos, na maioria dos municípios sergipanos. É o pulsar e a dinâmica plural

do território que se multiplica como um *continuum* (Haesbaert, 2008) em várias formas e compartilhamentos.

Todavia, não há como aproximar conceitualmente, e assumir como sinônimos os territórios identitários de planejamento, construídos pelas políticas públicas, e os territórios identitários, construídos pelas relações entre grupos e também, entre estes e as políticas públicas. A delimitação areal dos territórios de planejamento vai de encontro à coexistência múltipla e diversa da apropriação que se realiza na dimensão simbólica e afetiva, como demonstra Haesbaert (1997), posto que não se restringe apenas a um domínio ou controle administrativo e politicamente estruturado.

Algo que ficou evidente na nossa pesquisa foi a importância das diversas festas no modo de vida dos sergipanos. Festas de padroeiros com suas manifestações religiosas e profanas, dos ciclos junino, natalino e do ciclo da quaresma, cavalhadas, cavalgadas, danças de roda, carnavais, micaretas, etc. Não seria exagero dizer-se que Sergipe é uma festa, pois que a vida cultural do estado vive em grande medida em torno das festas, sejam elas tradicionais enraizadas ou ressignificadas/contemporâneas³.

Dentre as aproximadamente 3 300 (três mil e trezentas) festas e eventos comemorativos realizados em Sergipe anualmente, estimamos que em torno de 300 (trezentos) enquadram-se como ressignificados/contemporâneos e, cerca de 3000 (três mil) como tradicionais enraizados. Tamanha discrepância numérica alia-se às diferenças orçamentárias e de patrocínio em suas produções, constatando-se o maior engajamento dos poderes públicos nas festas contemporâneas, de massa.

Assim, a partir da discussão travada entre território identitário e território identitário de planejamento e de posse de um significativo acervo de informações, apresentamos algumas reflexões sobre identidade e festas, focando as versões tradicionais e contemporâneas das festas dos ciclos junino e natalino.

Sergipe em festa, ritmos e formas

A territorialização das manifestações apreendidas mostrou a diversidade dos fazeres e saberes sergipanos, mas dentre elas, as que se referem ao ciclo junino e ciclo natalino são emblemáticas da diversidade, posto que traduzem uma explosão de festas,

³ Manifestações enraizadas traduzem, em nosso levantamento, aquelas herdadas e mantidas tal como apropriadas no passado e, as ressignificadas/contemporâneas, aquelas em cuja evolução apresentam variações na composição e na estrutura, como também o novo.

Olhares sobre identidade e festas em Sergipe

Maria Augusta Mundim Vargas; Paulo Sergio da Costa Neves

ritmos e formas. Estão presentes em todos os municípios e caracterizam por um lado a forte religiosidade católica de seu povo. Por outro, a crescente realização de forrós associados ao ciclo junino e de micaretas que, embora dissociadas do ciclo natalino, ocorrem principalmente nos meses de dezembro e janeiro. Estas manifestações são, também de forma crescente, financiadas pelos governos municipais e estadual.

A figura 1 mostra a territorialização das festas, danças e rituais do ciclo junino, fortemente espacializadas em todo o Estado e tradutoras da “imagem⁴”, como eventos mobilizadores e expressivos, em 64 dos 75 municípios sergipanos.

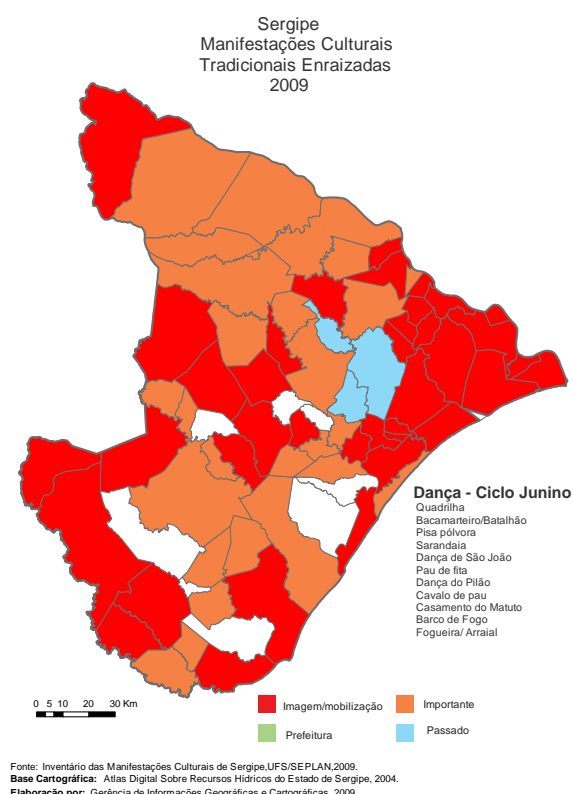


Figura 01

Dentre as manifestações mapeadas (quadrilha, bacamarteiro, batalhão, pisa pólvora, sarandaia ou sarandagem, dança de São João, pau de fita, dança de pilão, cavalo de pau, casamento de matuto, barco de fogo, arraial), a quadrilha se destaca em número de ocorrências e também como imagem/mobilizadora de 26 municípios. Todavia, a não ocorrência de quadrilhas em 29 municípios deve-se, sobretudo, às mudanças ocorridas nos festejos juninos após a metade da década de 1980. Registra-se

⁴ A cor vermelha indica que a manifestação é muito importante e traduz a imagem do lugar; a cor laranja indica que é muito importante para os grupos que a produzem; a cor azul sinaliza que a manifestação já foi muito importante no passado e, a cor verde indica a participação do governo no patrocínio e na realização da manifestação.

que muitas quadrilhas expressas na cor vermelha (imagem/mobilizadora) inserem-se na nova versão de produção mais voltada para a “originalidade e novidade” do que para a manutenção dos passos tradicionais. Igualmente, em muitos municípios em que a quadrilha não foi registrada, apreendeu-se respostas do tipo “a gente brinca São João” referindo-se à formação espontânea como se “dançar” não implicasse na formação organizada e sujeita as novas regras dos concursos que cada vez mais estilizam a manifestação. Isso mostra que a cultura é viva, sempre em transformação, e essa é a nossa realidade presente.

As demais manifestações registradas completam os espetáculos e danças juninas que singularizam municípios sergipanos: barcos de fogo, arraiais, batalhões, pisa pólvora e produção de fogos tradicionais em Estância. Etc. O batalhão encerra uma dança folclórica marcada por instrumentos de percussão e batida dos pés, composta por uma comissão de frente que sola as cantigas repetidas pelos demais integrantes, homens e mulheres, com distinção para a rainha do milho. Os bacamarteiros, folgado em batalhão sob o comando de “sargentos” que dão tiros com os bacamartes em devoção ao santo, singularizam o município de Carmópolis; a sarandaia ou sarandagem, constitui uma brincadeira popular, como um bloco animado cantadores, tocadores e dançantes, homens e mulheres de todas as idades, que juntos percorrem as ruas de algumas cidades no dia 31 de maio, com o objetivo de “acordar” São João, ou seja, anunciar o mês de junho. O casamento do matuto realiza-se com importância significativa em 13 municípios, com cortejos alegres envolvendo alegorias que remetem a fartura da colheita, sobretudo do milho.

O “esgarçamento” de algumas tradições do ciclo junino é visível, sobretudo na porção meio norte do Estado e, dentre as referenciadas como “do passado”, destacam-se a dança do pilão, o cavalo de pau, o pau de fita, o batalhão e o bacamarteiro.

Com relação à ocorrência e territorialização dos Forrós (Figura 2), uma retrospectiva histórica do deslocamento dos arraiais juninos para praças de eventos demarca a década de 1990 como o período transformador do convívio comunitário à explosão de massa. Tal movimento, gestado na década anterior, teve como marco a visibilidade do festejo junino em Campina Grande (estado da Paraíba), logo apropriado em Sergipe nas cidades de Areia Branca e Estância, seguidas da capital, Aracaju. Em mais da metade dos municípios sergipanos (39), ocorrem forrós que, pelas dimensões social, simbólica e econômica de suas representações, são, paulatinamente, assumidos

Olhares sobre identidade e festas em Sergipe

Maria Augusta Mundim Vargas; Paulo Sergio da Costa Neves

pelos governos municipais (16 - na cor verde) que em cadeia, solicitam e recebem, cada vez mais apoios financeiros do governo do estado e de organismos federais.

A geração de empregos temporários ou de renda extra é garantida para uma série de segmentos especializados e para um número considerável de sergipanos, a despeito de contrato com músicos de renome nacional com maior visibilidade na festa. São mais numerosos e representativos os beneficiários pelas rendas adquiridas da confecção de roupas e fogos, pelos comerciantes de tecidos, adereços e calçados, pelos vendedores ambulantes, para os bares e restaurantes, para os agricultores pequenos e médios que têm a certeza do consumo de safra de milho e amendoim, mencionando ainda o acréscimo no consumo de macaxeira e derivados; para os hotéis e, ainda, dos inúmeros serviços de apoio remunerados com pagamento extra, tanto nas atividades diretas das festas, como nas atividades indiretas de transporte, postos de gasolina, acomodação, alimentação dos participantes, assistentes e brincantes e trabalhadores dos forrós.

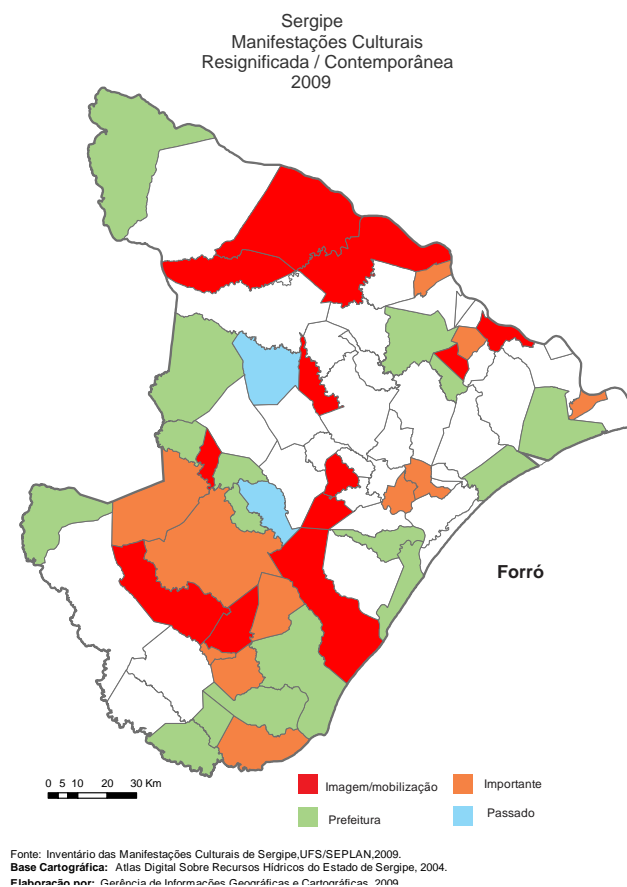


Figura 02

Olhares sobre identidade e festas em Sergipe

Maria Augusta Mundim Vargas; Paulo Sergio da Costa Neves

Uma análise comparativa dos festejos juninos tradicionais com os festejos ressignificados dos forrós (figuras 1 e 2) mostra-nos as manifestações enraizadas “mobilizadoras da imagem” no Sul e Nordeste do Estado, mas com claros sinais de ascensão de sua ressignificação, pelos Forrós, aí e no restante dos municípios.

Já os festejos do ciclo natalino estão associados, como aqueles do ciclo junino, à religiosidade dos nordestinos e à capacidade de produção de rituais pagãos associados às bênçãos, novenas, trezenas e procissões. As danças do ciclo natalino embora ainda fortemente manifestadas nos arredores da capital, Aracaju (porção centro leste), apresentam-se “do passado” ou importantes para os grupos que as produzem nos demais municípios. (Figura 3).

Tal realidade mostra a perda de importância das manifestações do ciclo natalino em detrimento da expansão e ressignificação do ciclo junino, pois nos meses de dezembro e janeiro não ocorrem eventos de massa associados à religiosidade. Com efeito, o período natalino é fortemente caracterizado por encontros familiares, por manifestações restritas, muitas das vezes de iniciativa das comunidades católicas, nos templos e cada vez mais escassas, nas praças.

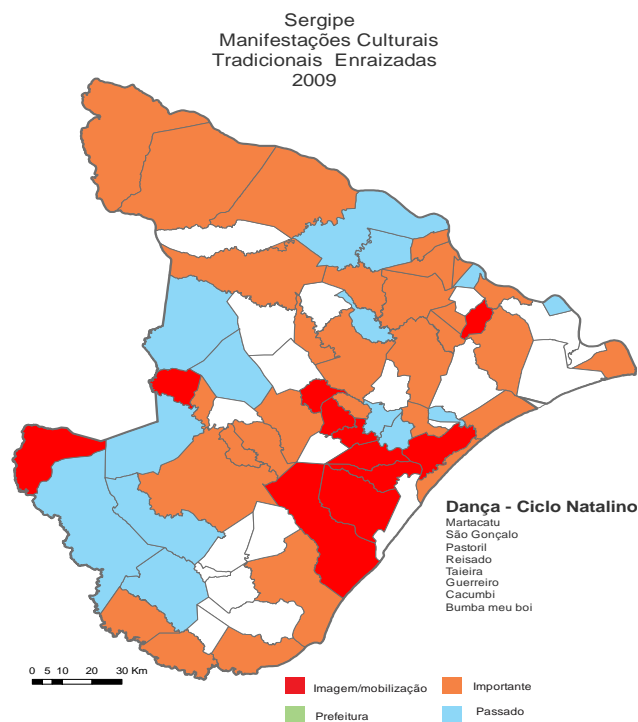


Figura 3

A maioria dos folguedos são alusivos ao período de Reis, comemorado na religião católica no início de janeiro, tal como o reisado, o pastoril, a taieira e o cacumbi. Enquanto o reisado e o pastoril associam-se à religião católica, o cacumbi e a taieira saem às ruas na mesma época, mas louvando os padroeiros dos negros afrobrasileiros, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. O Maracatu, embora ligado às festas de Reis, também tem forte influência africana com apresentação de cerimonial das cortes africanas, manifestação ocorrente em apenas um município. O São Gonçalo reverencia o santo de igual nome, é dançado em muitos municípios, mas como se destaca o grupo de Laranjeiras, situado próximo de Aracaju⁵, sua manifestação foi incorporada aí, aos festejos de Reis.

O desdobramento das informações onde determinadas manifestações do ciclo natalino não mais ocorrem mostra um mapa cuja espacialização denuncia esgarçamento na porção ocidental do Estado. Observa-se que nos municípios onde total ou parcialmente as danças natalinas quedaram-se “do passado”, é o Reisado, ainda ocorrente em 31 municípios, que mais vem desaparecendo. A ele, seguem o Pastoril, o São Gonçalo e o Cacumbi, a Taieira e o Bumba Meu Boi.

Merece atenção, no entanto, dois aspectos diretamente relacionados à potencialidade de geração de renda, sobretudo como atração nos eventos contemporâneos de massa e, à identidade dos lugares. Em muitos municípios, sobretudo o Reisado é identificado como manifestação “móvel” isto é, os grupos completam as formações no período natalino, mas também apresentam em festejos e cerimônias ao longo do ano. Por outro lado, são manifestações tradicionais dos meses de dezembro e janeiro, coincidentes com o verão e que podem ser exploradas como imagem/identidade dos lugares associadas à movimentação turística desta estação.

Os carnavais fora de época completam nosso quadro comparativo. Eles ocorrem generalizados em 35 municípios do Estado e derivam da popularidade e ramificação das micaretas e trios elétricos do Estado da Bahia, disseminados em todo país, com ocorrência predominante nos meses de verão de novembro a fevereiro, coincidente com o ciclo natalino. (Figura 4). Daí estarem inseridos em nossa reflexão o “esgarçamento” dos festejos do ciclo natalino diretamente relacionados à expansão das micaretas. Os

⁵ Os municípios situados ao redor da capital Aracaju, nomeada para o planejamento como Território da Grande Aracaju, constituem a região geohistórica do vale do Cotinguiba onde, desde os primórdios da colonização, instalou-se o cultivo da cana de açúcar e com ele a mão de obra escrava oriunda da África. Daí o forte sincretismo e a manutenção de danças e rituais afros.

Olhares sobre identidade e festas em Sergipe

Maria Augusta Mundim Vargas; Paulo Sergio da Costa Neves

blocos desse carnaval fora de época são, na sua grande maioria, padronizados com camisetas ou “abadas”, comprados pelos brincantes ou patrocinados. Os eventos ocorrem em cortejos nas ruas ou em grandes praças de eventos e as músicas são predominantemente de axé, seguidas de pagode e frevo.

A denominação dos eventos não deixa dúvidas: o sufixo “folia” nomeia a maioria; a corruptela de micareta e carnaval designa outras tantas; menos numeroso, o sufixo “fest” foi escolhido para dentre outros e, no município de Nossa Senhora da Glória realiza-se um misto de carnaval e forró com a denominação de Carnaforró.

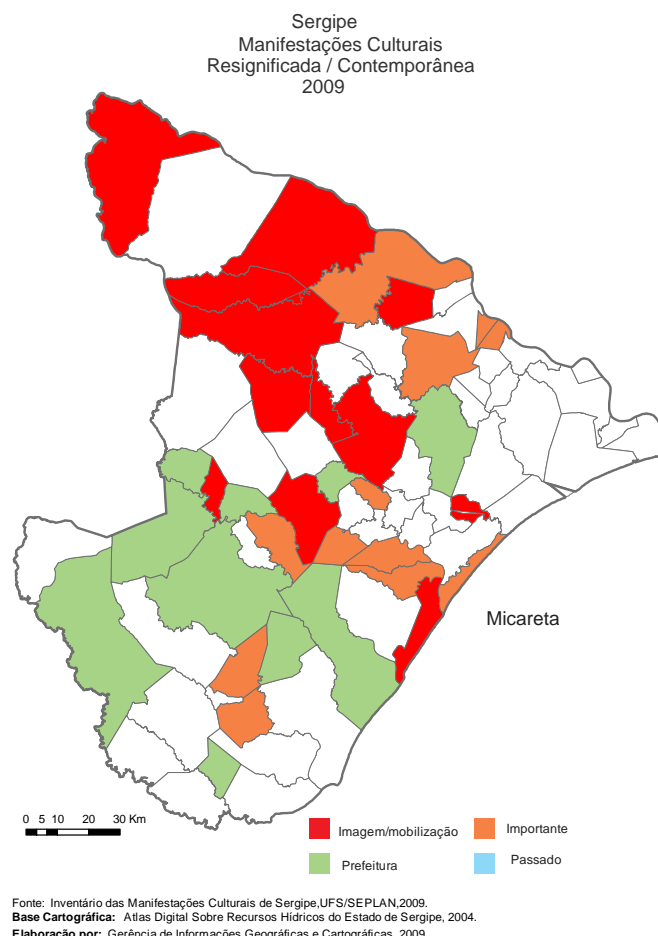


Figura 4

Chama atenção o grau de mobilização que esses eventos promovem e o patrocínio dos governos municipais onde elas ocorrem. Tal como os forrós a organização envolve uma série de profissionais especializados bem como a circulação de dinheiro a mobilização de pessoas, tanto de participantes quanto de produtores, pessoas físicas e jurídicas, com significativa participação das prefeituras.

A cultura como espaço da política

Enquanto as festas tradicionais buscam reforçar solidariedade a partir dos traços culturais, nas festas ressignificadas/contemporâneas o consumo da população justifica sua realização, aproximando-a da indústria cultural de massa, com lógica turística voltada para fora do lugar e do Estado. Com isso, são essas manifestações culturais que terminam por se tornar os eixos dos discursos identitários, os cartões de visita, por assim dizer, dos locais, tanto para o Estado quanto para as cidades.

Esse é um processo muito freqüente no país, em que a midiatização de algumas manifestações culturais, vistas como próprias do lugar ou reapropriadas de outras tradições culturais, servem de base para a constituição de discursos locais de reivindicação identitária. No mundo contemporâneo, os discursos identitários regionais têm-se desenvolvido a partir de uma vinculação entre o tradicional e o contemporâneo, re-significando e re-atualizando práticas culturais para que estas se adaptem ao modo de vida e à experiência das pessoas em um mundo em transformação. Em Sergipe, isso parece ter se consolidado em torno dos forrós juninos e das micaretas.

Ora, as expressões culturais não exprimem necessariamente identidades. Para que aquelas mobilizem formas de pertencimento e seus discursos reivindicadores, há que haver criações de tradições (Hobsbawn, 1990; Claval, 1999). O que há de relativamente recente nesse processo é sua ocorrência “nos interiores” de cada país.

Em um mundo em constantes mudanças (Giddens, 1991), o local e o global se interpenetram e criam situações inusitadas de empréstimos e ressignificações culturais. As transformações da sociedade sergipana são perceptíveis no número de manifestações culturais que vêm desaparecendo, deixando marcas apenas nas memórias dos grupos que as produziam. Aqui, como em outros estados e regiões brasileiros, as novas ressignificações “explodem” em eventos de massa. Como tal, aquelas tradicionais e fundantes das atuais, devem ser inspiradoras de novos movimentos, linguagens, gestuais, ritmos, etc.

A Figura 5 traduz esquematicamente a dinâmica cultural. As tradições enraizadas situam-se no centro como propagadoras de sentidos, manifestas concomitantemente ou não, mas sempre alimentando o surgimento de ressignificações. É o pulsar dos territórios (e das territorialidades) e, a dinâmica plural dos mesmos em permanente diálogo (como exposto, nem sempre consensual) com as externalidades,

sejam elas as ressignificadas ou as novas, sejam elas advindas de grupos locais ou externos, da iniciativa privada ou pública.

Afinal, Sergipe sofreu um profundo processo de urbanização e transformações comportamentais nas últimas décadas e não teria como passar incólume ao processo de ressignificação da cultura. Em assim sendo, como interpretar a relação existente em Sergipe entre expressões culturais e identidade?



Figura 5 – Dinâmica da cultura

Um dos discursos mais constantes no espaço público do Estado é o da falta de auto-estima e de identidade do povo sergipano. No entanto, o que se pode apreender da pesquisa realizada é o pulsar de uma vida cultural bastante rica e com o aspecto festivo de significativa importância. Como explicar, então, a concomitância desses dois fatores, a saber: um discurso negativo sobre a identidade e a existência de expressões culturais em que a festa tem um papel preponderante?

Sobre a valorização da nucleação das tradições enraizadas em Sergipe, significativamente diversa, cremos que a propalada falta de identidade do sergipano se explica em grande medida pelo pequeno investimento dos governos estaduais e municipais em construir discursos identitários vistos como exclusivos, assentados em aspectos originais da cultura local. O que vimos na nossa pesquisa foi a primazia de financiamentos de eventos de massa, em detrimento de festas e manifestações menores e mais tradicionais, mas com um enraizamento muito grande nas tradições locais, apontadas pelos depoentes como características da imagem dos lugares.

Ademais, embora não se possa aceitar como verdade absoluta ou como generalizada a propalada baixa auto-estima do povo sergipano, é certo que até bem

recentemente foram raras as políticas de agenciamento de valores culturais buscando ampliar a auto-confiança e o “orgulho de ser sergipano⁶”. Ou seja, o discurso regionalista sergipano foi até aqui minoritário, mesmo no interior das equipes dos governos estaduais. O que talvez se explique pela proeminência que o discurso regional em torno do “Nordeste” teve para as elites políticas e econômicas do Estado até os anos 1980⁷. Com isso, os discursos sobre uma nordestinidade tiveram maior proeminência que os discursos sobre a sergipanidade.

Nesse sentido, cremos ser possível avançar a idéia de que, em Sergipe, a identidade regional era até bem recentemente mais uma identidade política territorial, onde aspectos particulares da cultura local não eram usados para a definição do que é “ser sergipano”. Ao contrário do que ocorreu em outras cidades ou regiões do país (exemplos típicos são Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, etc.), não ocorreu a construção de uma identidade sergipana baseada em uma exclusividade da identidade cultural, tida como específica dos sergipanos (em que a reivindicação da originalidade de traços culturais locais servem como equivalente identitário permitindo a pessoas diferentes se reconhecerem como membros de uma comunidade simbólica) e, tampouco a partir de uma reivindicação identitária centrada no espaço, na percepção de uma co-presença ou de um pertencimento a um mesmo território.

Tal assertiva significa dizer que historicamente os sergipanos têm sido culturalmente nordestinos e apenas politicamente sergipanos. Não temos dúvidas sobre a identidade sergipana, mas se identidades regionais outras foram construídas (e toda identidade é construída) com base na cultura, em Sergipe ainda é o território político administrativo, tal qual ele é delimitado em termos geográficos e institucionais, que define as fronteiras entre os de dentro e os de fora da identidade sergipana. Não há, pois, neste estado, um movimento de amplas bases populares em torno de uma concepção mítica da “cultura sergipana”.

O que não quer dizer, obviamente, que os sergipanos não tenham culturas, nem que eles não possuam identidades culturais locais⁸. Queremos apenas chamar a atenção para o fato de que os discursos unificadores dessas identidades tem sido minoritários

⁶ Slogan publicitário de um importante grupo empresarial do Estado.

⁷ Ver Durval (...) para uma discussão sobre a criação dos discursos sobre o Nordeste no país.

⁸ Algo perceptível nas referências positivas da maioria dos entrevistados às manifestações culturais de seus municípios.

nas políticas públicas estaduais. Assim, a identidade cultural de Sergipe não é tida como sendo uma identidade típica apenas deste estado, mas de todo um território mítico ampliado: o território do Nordeste e do Sertão, prioritariamente pelos forrós e pelas micaretas.

Antes de prosseguirmos discutindo esta questão, convém que explicitemos mais pormenorizadamente o que entendemos aqui por identidade política territorializada. O conceito de identidade foi introduzido nas ciências sociais a partir da experiência dos antropólogos culturalistas americanos, para quem a identidade de um indivíduo era determinada pela cultura do grupo no qual o indivíduo nasceu⁹. A partir de Mead (1963) com sua psicologia social e com Berger e Luckmann (1985), a identidade social é entendida como dinâmica e mutável, individual e coletiva ou, melhor dizendo, torna-se socialmente construída. Ela é o resultado das interações entre os atores sociais a partir do mundo social preexistente; se constrói socialmente mas não de forma arbitrária, independente ou deslocada da sociedade já construída pelas gerações anteriores.

Assim posto, pode parecer contraditório que postulamos que a identidade política sergipana seja uma identidade essencialmente territorializada, o que poderia ser interpretado como se afirmássemos que é o território que determina a identidade social dos sergipanos. A contradição aparente desaparece tão logo afirmamos que também o espaço, ou melhor, a concepção do espaço, o território, é social e historicamente construída¹⁰. Por exemplo, os limites entre o estado de Sergipe e os estados da Bahia e de Alagoas além de serem o fruto de arranjos sócios-políticos historicamente datados, e não uma necessidade ditada pelas características geográficas da região, ensejam formas de pertencimentos políticos diferenciadas, criam modos específicos de apropriação simbólica do espaço, etc. Nesse sentido, por vezes o território se solidifica e ganha corpo, servindo de base para os discursos identitários, por vezes ele se fluidifica e liquefaz, tornando-se territórios culturalmente determinados.

Dito de outra forma, a cultura é um dos elementos fundantes na construção de um território identitário, conceito desenvolvido pela moderna geografia cultural (Claval, 1999; Cosgrove, 1993; Haesbaert, 1997) para dar conta das interfaces entre culturas e territórios. Nesse sentido, não somente o território é habitado por culturas, como

⁹ Uma boa síntese das teorias sociais sobre o conceito de identidade social pode ser encontrada em Dubar (1991).

¹⁰ Para uma discussão deste tema no domínio da geografia, ver Haesbaert (1997).

também os olhares forjados culturalmente delimitam e dão vida aos territórios, criando territorialidades específicas.

Assim, a distinção que fazemos entre identidades culturalmente determinadas e identidades políticas territorialmente determinadas tem a ver com a forma privilegiada como os grupos sociais legitimam a solidariedade interna, pelo espaço ou pela cultura. Mas é lógico, também, que estas duas formas de legitimação identitária podem coexistir e se complementarem, ou, mesmo legitimarem identidades diferentes¹¹.

O importante é que, para nossos fins analíticos aqui, a distinção entre identidade cultural e identidade territorial pode ser de grande valia para a compreensão da dinâmica do processo de construção de identidades locais e, também, dos Territórios de Planejamento do estado Sergipe.

Os resultados dessa pesquisa nos mostram que as práticas culturais dos habitantes do Estado são variadas e têm aspectos de grande originalidade, com diálogos importantes com a indústria de massa, a exemplo do que ocorre com os forrós e as micaretas. Contudo, nos discursos públicos sobre a questão, dá-se pouca ênfase aos aspectos originais e que seriam próprios à cultura sergipana. Não se trata, obviamente, de querer a qualquer preço encontrar práticas cuja origem sejam incontestavelmente sergipanas, mas sobretudo de mostrar como práticas aí internalizadas (do rock ao reggae, do samba à música eletrônica, do forró ao baião, etc.) tem a ver com a experiência e com o cotidiano de parte significativa da população sergipana.

Afinal, para os sergipanos¹², diferente dos dias comuns, nos dias de festa se faz de uma vez: rezar, festar, comer, competir, extrapolar!

Referencias

BERGER, Peter; Luckmann, Thomas. **A construção social da realidade**. Petropolis, RJ: Ed. Vozes, 1985.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis; EDUSC, 1999.

¹¹ Tome-se o caso do estado vizinho da Bahia, onde a cultura tida como característica do baiano é sobretudo a cultura do Recôncavo, a região circundante à Baía de Todos os Santos. Assim, para um habitante da região do interior do estado, onde as condições de vida e a cultura são bem mais próximos do restante da população do sertão, há uma duplicação da identidade: ele é baiano e sertanejo. Desta maneira, a identidade territorializada (baiano) convive com uma identidade cultural típica de um espaço mais amplo (o sertão).

¹² Nunes (2001)

COSGROVE, Denis. **The Palladian Landscape: Geographical Change and its Cultural Representations in Sixteenth Century Italy.** University Park: Pennsylvania State Univ., 1993.

DUBAR, Claude. **La socialisation- Construction des identités sociales et professionnelles.** Paris: Armand Colin, 1991.

GIDDENS, Anthony. **O colapso da modernidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

_____. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: SERPA, Ângelo (org.) **Espaços culturais.** Salvador: EDUFBA, 2008, p. 393-420.

HOBBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismos.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.

MEAD, Georg H. **L'Esprit, le soi et la société.** Paris: PUF, 1963

NUNES, Veronica Maria Meneses & SANTOS, Fabricia Oliveira. **Cavanhada de Poço Redondo.** Aracaju: Cadernos do Cendop, 2001.

VARGAS, Maria A. M. & NEVES, Paulo Sergio da C. **Inventario de cada um dos oito territórios de Sergipe e elaboração de um Atlas da cultura sergipana.** Relatório. Aracaju: UFS/ SEPLAN, 2009.